

**Mulheres e bibliografia material:
O *Ramalhete de Flores* de D. Mariana de Luna**

Vanda Anastácio
Centro de Estudos Clássicos
Universidade de Lisboa

Será possível escrever uma História da Literatura Portuguesa anterior a 1900 que inclua as mulheres?

Esta pergunta tem sido feita repetidamente desde os anos 1990, em trabalhos académicos de pesquisadores que, dentro e fora de Portugal e do Brasil, se viram confrontados com a escassez de dados relativos às relações estabelecidas pelas mulheres do passado com a escrita e com a leitura. Apesar da revalorização das intervenções femininas na área da cultura que se verificou a partir dos finais da década de 70 do século XX, a escassez de dados acerca da maior parte das escritoras portuguesas do passado é difícil de ultrapassar. Um simples olhar lançado sobre os números é eloquente: nos manuais de História da Literatura Portuguesa publicados até hoje, a percentagem de autoras mencionadas anteriores ao século XX, oscila entre os 3% e os 5%. Não é surpreendente, por isso, que aqueles que se interessam pela literatura de autoria feminina de língua portuguesa trabalhem, sobretudo, sobre escritoras da contemporaneidade, activas nos séculos XX e XXI (vejam-se os trabalhos de Edfeldt e de Magalhães). Nem causa demasiada estranheza que a Literatura Portuguesa tenha sido descrita por Anna Klobuka como um universo no qual a autoria literária é de tal modo sinónima de autoria masculina que a possibilidade de realizar uma narrativa histórica que dê conta da escrita das mulheres antes de 1900 é tarefa inviável. Tende-se a pensar que o que não se vê, não existe.

Note-se, contudo, que as mulheres estão muito presentes no espírito e no discurso dos pensadores do passado, que as constituem como público-alvo preferencial de obras sobre as virtudes e os perigos do envolvimento com o saber, de textos de edificação e de carácter devocional, de conselhos sobre o casamento e sobre a dedicação à vida religiosa, entre outros. Diga-se, também, que a investigação sistemática dos fundos dos arquivos e bibliotecas portuguesas veio revelar a existência de numerosos testemunhos, manuscritos e impressos, que comprovam o envolvimento das mulheres do passado com a palavra escrita, quer enquanto produtoras, quer enquanto consumidoras.¹ Dada a escassez de fontes capazes de fornecer dados complementares sobre as escritoras e as suas obras, o estudo da materialidade dos testemunhos que preservam estas últimas revela-se fundamental.

Vejamos um caso concreto.

¹ Referimo-nos aqui, especialmente aos projectos: *Portuguese Women Writers*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia: PTDC/ELT/68234/2006 (decorreu entre 2007-09) e *Portuguese Women Writers - Escritoras Portuguesas (1500-1900)*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia: PTDC/CLE-LLI/108508/2008.

Como se sabe, a documentação conservada do período da Guerra da Restauração inclui um número considerável de textos que têm por tema quer a discussão da legitimidade da independência do reino de Portugal, quer o comentário aos acontecimentos que se seguiram à proclamação desta. Para sobreviver como reino, a monarquia encabeçada por D. João IV necessitava de legitimação e de reconhecimento dentro e fora do território português e, para alcançar este objectivo, foi preciso recorrer a meios diversificados que incluíram, para além da força das armas,² das contrapartidas financeiras e da diplomacia, a dinamização ideológica levada a cabo pelos membros do clero que estavam em contacto mais directo com a população, e a propaganda escrita difundida através de panfletos, a que os contemporâneos chamavam, simplesmente, *papéis* (Marques).

Sublinhe-se que apesar do interesse evidente de que se revestem para a história do período, o estudo destes *papéis* é dificultado pelo facto de se encontrarem apenas parcialmente inventariados. Como salientou João Francisco Marques, a sua listagem constitui uma tarefa especialmente difícil, quer devido à dispersão internacional quer, também, pelo desconhecimento dos impressos de resposta ou de ataque postos a circular pela facção pró-castelhana no mesmo período, igualmente dispersos.³ Graças ao levantamento preliminar levado a cabo por este autor, que identificou 783 *papéis* publicados nos anos 1640-68 integrados nas várias colecções portuguesas repertoriadas, é possível ter uma ideia da dimensão relativa dos impressos publicados em apoio do partido português.

Os panfletos conservados são muitas vezes anónimos, mas os que se encontram assinados, são quase exclusivamente de autoria masculina. Claramente, as esferas da guerra e da política não eram encaradas, no século XVII, como zonas adequadas à intervenção feminina. Porém, entre os 783 opúsculos arrolados nas Bibliotecas e Arquivos portugueses encontra-se um opúsculo, totalmente constituído por poemas, assinado por uma mulher: trata-se do *Ramalhete de flores à felicidade deste Reyno de Portugal em sua milagrosa Restauração por sua Magestade Dom Ioão IV do nome de D. Mariana de Luna*.⁴ A excepção que a sua existência constitui é digna de atenção.

² Recorde-se que se tratou de uma “força” relativa: o reino não dispunha de um exército próprio organizado nem tinha meios económicos em abundância, pelo que foi necessário criar uma estrutura militar a partir de recursos humanos escassos e impreparados para a situação de guerra como indica Fernando Dóres Costa.

³ Esta dificuldade foi sublinhada já por João Francisco Marques, quando diz, na p. 481 do capítulo “Sondagem estatística da literatura apologética e polémica da Restauração relativa aos espécimes considerados”: “Estamos ainda longe de possuir um inventário completo dessa produção literária –elemento indispensável para um trabalho crítico complementar. Esse levantamento torna-se, de resto, árduo, se pensarmos que se terão de considerar as facções congéneres castelhanas, impressas dentro e fora da monarquia espanhola, e as demais editadas nas restantes nações mormente nas da Europa do tempo.”

⁴ RAMALHETE / DE FLORES / A FELICIDADE / DESTE REYNO DE PORTUGAL / em sua milagrosa Restauração por sua Mage- / stade Dom Ioão IV. do nome, & XVIII. / em numero dos verdadeiros / Reys Portuguezes. / DEDICAD A MESMA / MAGESTADE / POR DONA MARIANA DE

Como acontece com frequência no caso das escritoras deste período, não se conhecem outras obras da autora, e são particularmente escassos os dados conhecidos sobre a sua vida. Recorde-se que, ainda assim, não passou despercebida aos autores de dois grandes repertórios de mulheres ilustres que foram publicados no século XVIII. Com efeito, na obra *Portugal Ilustrado pelo sexo feminino* impressa em 1734, Diogo Manuel Ayres de Azevedo escreve:

D. Mariana de Luna, foi humanista insigne, e sobretudo mui erudita, o que bem mostrava todas as vezes que praticavam com ela. Além de outros Opusculos que compôs deu à luz o celebrado Ramilhete de Flores à felicidade deste Reino, na sua restauração milagrosa, impresso em Lisboa no ano de 1642. (Azevedo, I, 1734)

Segundo Azevedo, pois, D. Mariana distinguir-se-ia por dois talentos: a “composição” de “opúsculos” e a arte da conversação erudita que, segundo o autor “bem mostrava todas as vezes que praticavam com ela”. O modo como Ayres de Azevedo se refere a esta última é digno de nota: o emprego da voz passiva e do sujeito impessoal parecem destinados a sublinhar que se trata de alguém que não fazia alarde do seu saber, falando só quando interpelada por outrém, ou seja, mantendo o “recato” e a “modéstia” considerados, na mentalidade da época, próprios das mulheres virtuosas (Leão, Andrade).

Mais sucinto que o seu antecessor, e provavelmente inspirado nele, é Frei João de São Pedro, mais conhecido pelo pseudónimo de Damião Froes Perym. No *Theatro Heroico, abcdario histórico, e catalogo das Mulheres Illustres em Armas, Letras, Acçoens heróicas, e Artes liberaes*, de 1740, repete o mesmo juízo de valor quanto à erudição de D. Mariana de Luna, destacando o “pequeno livro” publicado durante a Guerra da Restauração e voltando a atribuir-lhe “outras obras”:

Dona Marianna de Luna, mulher Portugueza, e muito erudita, escreveo entre outras Obras hum pequeno livro, a que deu por titulo: *Ramalhete de flores à felicidade deste Reyno na sua milagrosa restauração*, impresso em Lisboa em mil seiscentos e quarenta e dous. (Perym 276)

Devemos a Diogo Barbosa Machado, na *Biblioteca Lusitana*, a sugestão de um possível lugar de origem e de uma vaga filiação, para além de uma breve alusão à recepção contemporânea da obra:

D. MARIANA DE LUNA, natural da cidade de Coimbra, e filha de hum Lente da Universidade da sua pátria. Foy muito inclinada á Poesia, em que o seu engenho alcançou grandes aplausos pela subtileza dos conceitos,

LUNA / natural da Cidade de Coimbra. / Anno 1642. / EM LISBOA na Offi / cina de Domingos Lopes Rosa

cadencia das vozes, e novidade de idéas. À elevação do seu entusiasmo lhe dedicou o seguinte Elogio métrico a insigne Violante do Ceo a p. 14 das suas *Rimas* (“Musas, que no jardim do Rey do dia [...]”). De muitas Poesias que compoz a diversos assumptos publicou a seguinte em que expressou o affecto com que aplaudia a Aclamação delRey D. João IV. *Ramilhete de varias flores à felicidade deste Reino de Portugal em a sua milagrosa restauração pela Magestade delRey D. João IV*, Lisboa por Domingos Lopes Rosa 1641.

Se não conseguimos localizar as “outras obras” de D. Mariana mencionadas pelos estudiosos setecentistas, nem as “muitas Poesias” que Barbosa Machado lhe atribui, podemos pelo menos apreciar o “Elogio métrico” a que alude este último, publicado entre os poemas de Soror Violante do Céu que foram reunidos na *Fenix Renascida* (I, 1746, 384). Trata-se de um soneto, redigido em português, no qual Soror Violante pede às Musas e aos deuses que vivem junto de Apolo que desçam à terra e admirem o novo “jardim canoro” criado pela homenageada, que considera capaz de lhes garantir a eternidade:⁵

A DONA MARIANNA DE LUNA

SONETO

Musas que no jardim do Rey do dia
Soltando a doce voz, predeis o vento:
Deidades, que admirando o pensamento
As flores augmentais, que Apollo cria.

Deixay, deixay do Sol a companhia,
Que fazendo invejoso o Firmamento
Huma Lua, que he Sol, e que he portento,
Hum jardim vos fabrica de harmonia.

E porque não cuideis que tal ventura
Pode pagar tributo á variedade
Pelo que tem de Lua a luz mais pura:

Sabey que por mercê da divindade,
Este jardim canoro se assegura
Com o muro immortal da eternidade.

⁵ Soror Violante do Céu, I, 1746, 384.

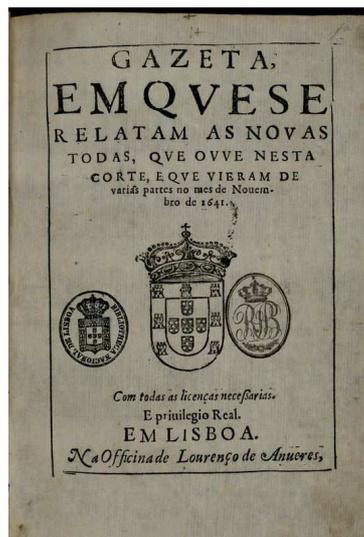
Soror Violante do Céu inspira-se, para o seu jogo conceptual, no título do livrinho de D. Mariana de Luna. Na sua interpretação, o “jardim” de que se fala tem valor metafórico: o jardim para cujo melhoramento contribuem as “flores” da poesia é o “do Rey”, ou seja, Portugal. No mesmo texto, a autora do livro, é representada por meio de uma metáfora astrológica que sublinha o facto de se tratar de uma mulher, cujo talento superlativo a eleva acima do seu sexo (é “huma Lua que é Sol”).

Mas, para além do interesse que possa ter o trabalho conceptual e estilístico levado a cabo por Soror Violante do Céu neste soneto, o facto é que ele vale, também, pelo facto de acrescentar elementos às escassas notícias que temos sobre a autora do *Ramalhete*. Atesta, por exemplo, a circulação da obra, em época contemporânea à da sua composição, entre os círculos de intelectuais e de aristocratas apoiantes da causa portuguesa dos quais Soror Violante fazia parte. Dá conta do reconhecimento da actividade da poetisa por parte de uma autora reconhecida, legitimando e distinguindo, deste modo, em termos poéticos e em termos políticos, a intervenção no campo cultural que a publicação do opúsculo de D. Mariana representa. Estes dados podem ser completados com a observação do próprio opúsculo.

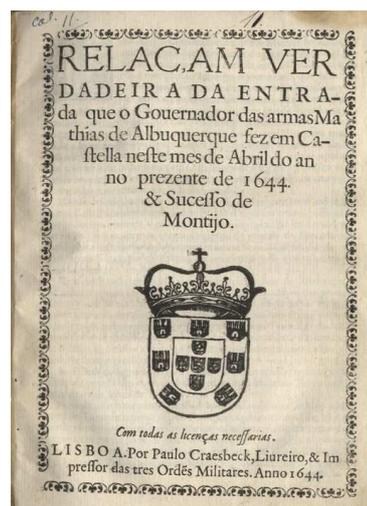


Repare-se que, logo no frontispício se anuncia que a autora é “natural da Cidade de Coimbra”, uma indicação repetida na “Dedicatória” ao Rei, quando D. Mariana se apresenta como “filha das selvas do Mondego”. É possível que Barbosa Machado se tenha inspirado no frontispício do folheto, ou neste e nos dizeres da Dedicatória, para atribuir à escritora a naturalidade coimbrã e afirmar que vinha de uma família com ligações à Universidade. Mas também pode ter colhido informações noutros lugares. Seja como for, não há dúvida de que a observação directa da obra deve ser tida em

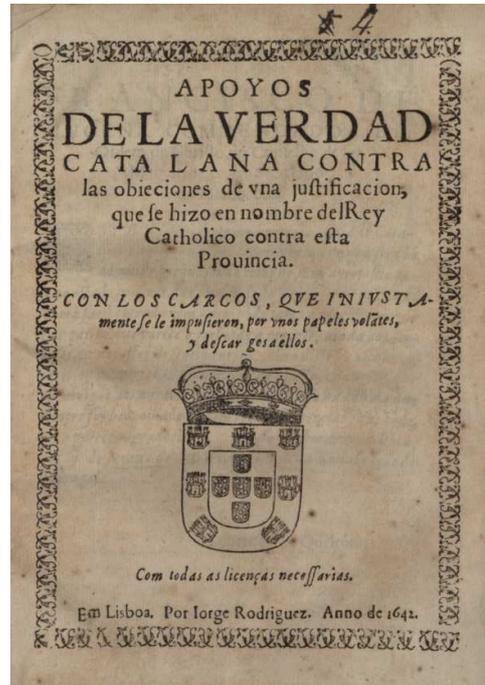
consideração no momento em que procuramos entender quem foi D. Mariana, o que escreveu, porque escreveu, para quem escreveu, com que objectivos e sob que condicionalismos o fez. Um dos elementos significativos a ter em conta, é o facto de a publicação reproduzir no frontispício um esquema gráfico estereotipado (esquadria exterior e brasão de armas de Portugal), idêntico ao usado contemporaneamente na *Gazeta da Restauração*, criada para anunciar as vitórias do exército de D. João IV:



O mesmo *lay-out*, e aspecto semelhante se pode observar nas *relações* de batalhas vencidas pela causa de D. João de Bragança publicadas no mesmo período, como se observa no exemplo seguinte:



bem como nos panfletos catalães em apoio do rei português que foram traduzidos em Lisboa nos primeiros anos da Guerra da Restauração, com o apoio de D. João IV, de que é exemplo o que aqui se reproduz:



Como tentámos provar noutro lugar (Anastácio 2008 e Anastácio 2009), ainda que não seja possível comprovar a interferência directa de D. João de Bragança na redacção dos opúsculos de propaganda divulgados enquanto viveu (período que corresponde, aliás, ao pico de maior produção destes impressos),⁶ não restam dúvidas de que este se empenhou pessoalmente na produção e na disseminação destes *papéis*: a leitura da correspondência que manteve com os seus representantes nas cortes estrangeiras atesta-o (Laranjo Coelho e Brito Aranha). O elevado número de dedicatórias a João Rodrigues de Sá Meneses que se observa entre estas publicações permite identificar esta personagem como uma figura patrocinadora das mesmas, mas o facto de se tratar do Camareiro mor do Rei conduz-nos à mesma origem.

Por outro lado, a observação dos dados em presença recolhidos por Loff e Ramos, permite concluir que, apesar de se poderem identificar cerca de uma dúzia de impressores em actividade no reino, entre a aclamação de D. João IV e a morte deste, o mercado editorial português se encontrou dominado por um grupo de apenas seis, os quais exerceram a sua actividade a partir de Lisboa. São eles: Paulo Craesbeeck,

⁶ Veja-se o “Gráfico cronológico da frequência relativa das publicações” elaborado por João Francisco Marques.

Lourenço de Anveres, Jorge Rodrigues, Domingos Lopes Rosa, Manuel da Silva e António Álvares (que se intitula “Impressor de el Rey”). Ora, foi precisamente um desses impressores, Domingos Lopes Rosa, quem deu à estampa o opúsculo assinado por D. Mariana de Luna.

A estas deduções, que se somam ao uso do *lay-out* característico das publicações oficiais que observamos na obra, podemos acrescentar o modo muito particular como este parece ter passado pelos procedimentos habituais das três instâncias censoriais, que não incluíram qualquer licença impressa no corpo da obra, e são apenas mencionadas, quase de passagem, através da expressão “Com todas as licenças”. Apesar de constituir uma exceção às leis censórias, a verdade é que se trata de um procedimento frequente no universo das publicações de propaganda política patrocinadas pelo Rei, destinado a acelerar o processo de aprovação para que a rapidez da difusão pudesse corresponder ao imperativo político da guerra de propaganda. Ou seja, os exemplares conservados do *Ramalhete de flores* apontam claramente para o patrocínio real, e sugerem que os seus textos têm que ser lidos no contexto da propaganda portuguesa da Restauração. Esta percepção confirma-se quando conjugada com outros elementos incluídos pela autora na já mencionada “Dedicatória” ao Rei, aqui transcrita:

Ao imortal templo dos soberanos louvores de vossa real Magestade, em suas aras hua filha das selvas do Mondego, oferece em humilde victima estes versos, nos quais com rezão teme ser reprovada porque as obras nam igualão ao levantado pensamento, mas quando mais desmaiada em braços deste receo, *serve de estímulo a minha confiança, saber que a real benignidade de Vossa Magestade, entre os famosos lauréis, que as celebradas Musas, e soberanos Apollos desta Cidade lhe tem dedicado aceitara esta piquena flor, que o nome ganhara de perfeita, quando minha fortuna a guie aos olhos de Vossa Magestade, dos quaes recebera o ser, para se poder imprimir, dando Vossa Magestade licença, & animo para que eu prossiga as proezas, que nós pronosticamos de vossa Magestade, a quem Deos guarde por felices anos para gloria destes Reynos, & temor dos alheos.* (Dona Mariana de Luna, “Dedicatória”)⁷

Ou seja, nas palavras do texto, a obra é uma homenagem e uma oferenda, mas só nasceu porque foi inspirada pelas acções do rei, e só se publica porque goza da sua protecção, mesmo que, de acordo com a indicação também estampada no seu frontispício, tenha sido paga “A custa da Autora”. E o que dizem os textos?

O livrinho reúne seis poemas, na sua maioria extensos (uma *canzone*, um poema em *ottava rima*, dois *romances* e dois sonetos), mas apenas dois deles, um soneto⁸ e

⁷ Sublinhado nosso.

⁸ Intitulado “A El Rei Nosso Senhor” cujo *incipit* é: “Alto senhor, a quem o Céu divino.”

um dos *romances* em que se descreve a cerimónia da coroação de D. João IV,⁹ estão escritos em português. Como seria de esperar, o tom geral é claramente panegírico, e em todos os textos abundam as referências a heróis e mitos da Antiguidade greco-latina que concorrem para a caracterização de D. João IV como salvador do reino e inaugurador de uma nova ordem. Um olhar atento permite perceber que D. Mariana faz confluír, nas representações poéticas de D. João IV e do reino restaurado, quer elementos tomados da simbologia imperial romana, quer as evocações de figuras mitológicas associadas à intrepidez, às virtudes bélicas, à resistência a um poder invasor, etc., quer, ainda, a simbologia cristã, que lhe permite apresentar a restauração da independência portuguesa como um desígnio divino, e D. João IV como um ser escolhido pelo Céu para conduzir o reino a uma missão singular.

Deste modo, o novo soberano é comparado a figuras como Augusto, Trajano ou Aquiles, mas surge também representado como Jove, Febo, Marte, Narciso ou como um Atlante segurando nas mãos o mundo inteiro. Simultaneamente é descrito como um novo Abraão zeloso do amor de Deus, como uma relíquia dos seus vassallos, como um ser em quem o Céu obrou maravilhas, um salvador, um ser divino, um redentor. Note-se que o recurso simultâneo a estes dois repositórios de imagens (Antiguidade e Cristianismo) –os quais, diga-se, convivem com frequência na poesia da época–, se faz geralmente através de alusões indirectas, perífrases, metáforas *in absentia*, etc., num alarde de erudição que parece procurar, também, a reivindicação do reconhecimento de D. Mariana de Luna como autora de direito próprio.

O facto de D. Mariana usar neste seu livrinho o castelhano e o português indistintamente é relevante neste contexto, dado que demonstra como, do seu ponto de vista, não só ambas as línguas eram veículos adequados à expressão das ideias patrióticas da Monarquia restaurada mas, também, “materiais” igualmente sólidos para a construção do novo discurso de legitimação da causa portuguesa. Para D. Mariana de Luna, como para outros homens e mulheres antes dela, o uso do castelhano era um meio de se fazer ouvir por um público mais amplo, tão importante como a exibição de erudição clássica, ou o apoio público ao novo rei que os seus poemas davam a ver.¹⁰

Lidos isoladamente, estes poemas evidenciam as convicções políticas de quem os escreveu, obedecem às convenções poéticas em voga na época, reflectem os usos linguísticos próprios da aristocracia portuguesa de então, e revelam que a sua autora comunga do universo da cultura clássica que constituía a base da erudição da elite culta do século XVII. Mas estes dados ganham nova luz quando conjugados com as conclusões a que a materialidade do suporte que os difunde permite chegar. Não só

⁹ Com o título: “A El Rei N. Senhor no dia que se jurou por Rey, e Senhor destes seus Reinos de Portugal.”

¹⁰ Quanto a este particular, gostaria de recordar as palavras de Nieves Baranda que, ao estudar as mulheres que viveram entre Portugal e Espanha, sublinhou que as suas intervenções no campo cultural do seu tempo corresponderam a mudanças sociais que afectaram toda a Península; em sua opinião: “El logro de estas mujeres no está solo en la publicación de sus obras, sino en su voluntad de hacerse oír en el sistema literario, buscando por medio de la participación social la aceptación de otros autores (hombres)” Nieves Baranda, 2005b 223.

pelas indicações que podem recolher-se dos elementos paratextuais (título, dedicatória, etc.) mas, também, pela associação com a figura do rei e com a sua máquina de propaganda que o seu formato pressupõe. Visto desta perspectiva, o livrinho de D. Mariana de Luna aponta caminhos ao estudioso que queira investigar a sua trajectória singular, as várias dimensões desta e o possível impacto da sua intervenção: caminhos que passam pelas ligações da escritora com a corte e com os círculos afectos à Casa de Bragança.

À laia de conclusão, gostaríamos de sublinhar que, através do exemplo escolhido, pretendemos ilustrar quão preciosas, pertinentes e diversificadas são as informações veiculadas pela materialidade das obras. Algo que é bem conhecido por todos aqueles que procuram, no estudo dos textos e da sua transmissão, entender o passado e encontrar modos de lidar, no presente, com a longa duração da História.

Obras citadas

- Anastácio, Vanda. “‘Heróicas virtudes e escritos que as publiquem.’ D. Quixote nos *papéis da Restauração*.” *Revue der iberischen Halbinseln* 28 (2007): 117-36.
- . “Fragmenting Iberia: Images of Castile in Seventeenth Century Portuguese Pamphlets.” *Portuguese Studies* 25 (2009): 199-214.
- . “Conflitos e contactos na Ibéria: as relações entre Portugal e a Catalunha em 1640 nos ‘papéis’ da Restauração.” In Tobias Brandenberger, Elisabeth Hasse & Lydia Schmuck orgs. *A Construção do Outro: Espanha e Portugal frente a frente*. Tübingen: Calepinus Verlag, 2008. 59-85.
- Andrade, Diogo Paiva de. *Casamento Perfeito, em que se contem advertências muito importantes pera viverem os casados em quietação e contentamento*. Lisboa: Jorge Rodriguez, 1630.
- Azevedo, Ayres de. *Portugal Ilustrado pelo sexo feminino, noticia histórica de muytas heroínas Portuguezas que florecerão em Virtude, Letras, e Armas, Tomo I. que escreve, e oferece a Maria Santissima Senhora Nossa su Author Diogo Manuel de Azevedo Ulixiponense*. Lisboa: Oficina de Pedro Ferreira, 1734.
- Baranda Letúrio, Nieves, “Mujer, escritura y fama: la *Hespaña Libertada* (1618) de Doña Bernarda Ferreira de Lacerda.” *Península. Revista de Estudos Ibéricos* 0 (2003): 225-39 [reeditado em *Idem, Cortejo a lo prohibido. Lectoras y escritoras en la España moderna*. Madrid: Editora ARCO LIBROS, 2005. 191-216].
- . “Escritoras sin fronteras entre Portugal y España en el Siglo de Oro (com unas notas sobre dos poemas femeninos del siglo XVI).” *Península* 2 (2005): 219-36.
- Barbosa Machado, Diogo “D. Mariana de Luna.” *Biblioteca Lusitana*. Lisboa Occidental: Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1741-59.
- Barros, João de. *Espelho de Casados em o ql se disputa copiosamte que excelele pveitoso y necessario seja o casamto & se mete muitas Seteças. Enxeplos. Avisos. & doctrina. & duvidas necessareas pa os casados. & finalmente os Reqsitos q há-de ter o casameto pa ser em pfeiçã & a serviço de deos. Novamete cõposto pelo Doctor João de Barros. Cidadão da Cidade do Porto*. Porto: s.e., 1540.
- Bouza Alvarez, “Cartas, traças e sátiras. Política, cultura e representações no Portugal dos Filipes 1580-1668.” *Portugal no tempo dos Filipes*. Lisboa: Cosmos, 2000. 19-38.
- . “Cultura escrita e historia do Livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII.” *Leituras* 9-10 (2001-02): 63-95.
- Brito Aranha. “Notas para uma bibliographia da Restauração.” In Luís Augusto Palmeirim. *A Restauração de Portugal. Opúsculo Histórico*. Lisboa: Empresa do Occidente, 1885. 36.

- Cardim, Pedro. “Embaixadores e representantes diplomáticos da Corte portuguesa no século XVII.” *Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias* 15 (IIª série) 47-86.
- [Céo, Violante do, Soror]. “A Dona Mariana de Luna.” In Mathias Pereira da Sylva. *Fenix Renascida*. Lisboa: Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1746. I, 384.
- Costa, Fernando Dores. *A Guerra da Restauração 1641-1668*. Lisboa: Livros Horizonte, 2004.
- Edfeldt, Chararina. *Uma História na História. Representações da autoria feminina na História da Literatura Portuguesa do século XX*. Estocolmo: Universidade de Estocolmo, 2005.
- Klobuka, Anna “Sobre a hipótese de uma *herstory* da Literatura Portuguesa.” *Veredas. Revista da Associação Internacional de Lusitanistas* 10 (2008): 13-25.
- Laranjo Coelho. *Cartas de el-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) embaixador em França*. 2 vols. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1940-42.
- . *Cartas de ElRei D. João IV para Diversas Autoridades do Reino*. Lisboa: Atica, 1940-42.
- Leão, Duarte Nunes do. *Descrição do Reino de Portugal*. Lisboa: Jorge Rodrigues, 1610. 151-52.
- Loff, Maria Isabel. *Impressores, Editores e Livreiros no século XVII em Lisboa*. Separata de *Arquivo de Bibliografia Portuguesa* 10-12, 37-38 (1964-66): 49-84.
- Magalhães, Isabel Allegro de. *O Sexo dos Textos e outras leituras*. Lisboa: Caminho, 1995.
- Marques, João Francisco. *A Parenética Portuguesa da Restauração 1640-1668. A Revolta e a Mentalidade*. 2 vols. Porto, INIC, 1989.
- Perym, Damião Froes. “D. Marianna de Luna.” *Theatro Heroino, abcedario histórico, e catalogo das Mulheres Illustres em Armas, Letras, Acçoens heróicas, e Artes liberaes*. Lisboa: Régia Officina Sylviana, 1740. II, 276.
- Ramos, Margarida Ortigão. *Tratamento bibliográfico de uma miscelânea de folhetos sobre a Restauração de Portugal 1641-1667*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1980. [Exemplar policopiado].
- Valladares, Rafael. *A Independência de Portugal. Guerra e restauração 1640-1680*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2006 [1ª edição, *La rebelión de Portugal 1640-1680*, Madrid, Junta Castilla-Leon, 1998].